

# MIGLIAVACCA, Adriana G. *La protesta docente en la década de 1990: experiencias de organización sindical en la provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Jorge Baldino Ediciones, 2011.

---

Maurício Estevam Cardoso<sup>1</sup>

*La protesta docente* é uma versão da dissertação de mestrado defendida por Adriana Migliavacca em 2009 na *Universidad Nacional de Luján*, Argentina. A autora tem uma série de artigos publicados que versam sobre os processos – institucionalizados e não institucionalizados – de organização docente no contexto das reformas do Estado promovidas na América Latina a partir de fins da década de 1980.

A ideia-força que perpassa todo o livro é a de que as análises acerca da organização e mobilização dos docentes centradas em torno da dicotomia sindicato *versus* Estado são insuficientes para captar a complexidade e a diversidade das ações desses sujeitos históricos. Nesse sentido, a autora mobiliza em suas análises os “docentes autoconvocados” – movimento coletivo de professores e professoras, de caráter autônomo, que se desenvolveu fora das organizações sindicais na Argentina – em suas relações com a *Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina* (CTERA) e com o Estado. Esses atores atuam em um cenário de crise institucional sem precedentes entre representantes e representados. Tal abordagem, não implica, no entanto, em uma afirmação de que os “autoconvocados” tenham se constituído enquanto um movimento antissindical, ao contrário, o que se procura demonstrar é que se estabeleceram processos de interação com o movimento sindical institucionalizado.

Para desenvolver essa ideia a autora estabelece um recorte temporal centrado na década de 1990, especificamente entre os anos 1989-1999, período em que a Argentina, sob os dois mandatos de Carlos Menem, impulsiona um conjunto de políticas que consolidam uma matriz social neoliberal de governo,

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). Mestre em educação por esta mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa Política e Administração de Sistemas de Ensino (PASE/UFMG).

com sérias implicações para o sistema educacional do país, consubstanciando-se na sanção da *Ley de Transferencias de los Servicios Nacionales de Educación Média y Superior no Universitaria* (1991) e da *Ley Federal de Educación* (1993), analisadas no livro.

A constituição do *corpus* documental se organizou em torno de entrevistas com docentes participantes das experiências dos “docentes autoconvocados”, com a utilização de métodos que se aproximam da História Oral, e de análise documental (artigos publicados na imprensa nacional e local, publicações da CTERA, artigos da imprensa partidária e documentos produzidos no marco da própria experiência dos “docentes autoconvocados”). A definição desse *corpus* documental levou ao estudo de um fenômeno político emergente, portanto de difícil apreensão empírica.

O livro está organizado em três partes e seis capítulos. A primeira parte, com apenas um capítulo, traz uma reflexão teórica acerca dos movimentos sociais e a perspectiva à qual se filia a autora, que considera a pertinência da categoria *classe social* como marco analítico para se compreender as relações de poder nas quais se enquadram os docentes. Aliada a essa perspectiva é trabalhado o conceito de “estrutura de oportunidades políticas” para analisar as relações entre os “docentes autoconvocados”, a CTERA e as autoridades estatais. Para buscar compreender a atuação dos docentes no período delimitado para a pesquisa, a autora incorpora à sua análise a categoria “repertórios de ação coletiva”, aproximando dos processos culturais que atuam como mediadores entre as formas de organização e as medidas que se exteriorizam nas reivindicações docentes. Todo esse percurso teórico traçado visa delimitar o fenômeno político dos “docentes autoconvocados” em torno da conceituação de “movimento social”. O que possibilita a aproximação desse conceito com o objeto por ela investigado seria a noção de “rede de protesto”, caracterizando-se como um conjunto de atributos a partir dos quais os “docentes autoconvocados” estabeleceram projeções organizativas que se aproximaram da constituição de um movimento social.

Na segunda parte do livro, constituída de dois capítulos, é traçado um histórico das ações sindicais na Argentina e das disputas no interior do movimento em torno de uma determinada concepção de sindicalismo, empreendidas a partir do processo de transição democrática. O primeiro capítulo dessa segunda parte aborda a década de 1980, o processo de reorganização da CTERA e os embates em torno de suas concepções sindicais e de suas estratégias de ações. Esse recuo histórico tem por objetivo fundamentar a hipótese de que os significados políticos adotados pelos “docentes autoconvocados” se constituíram sob uma “memória histórica” construída no período de transição democrática dos anos 1980. Além da ofensiva neoliberal em fins da década, ocorre uma significativa crise institucional pela qual atravessavam os sindicatos, sendo, portanto, questionado o próprio modelo de sindicalismo então vigente.

Ainda nessa segunda parte, no capítulo 3, é traçado um panorama da década de 1990, das políticas sociais implementadas sob o governo de Carlos Menem (1989-1999) e as transformações que tais orientações acarretaram no mercado de trabalho a partir da reestruturação produtiva. Nessa perspectiva, a autora tece análises acerca das implicações dessas políticas especificamente sobre o trabalho docente, sob a ótica de flexibilização do trabalho, redundando em processos de precarização e pauperização dos docentes. Frente a esse quadro, Adriana Migliavacca busca nos depoimentos de docentes e na documentação do período as estratégias e ações implementadas pela CTERA para fazer frente a essas políticas. Destaca-se, entre essas estratégias, a de integrar as reivindicações trabalhistas com a construção de propostas pedagógicas, para tanto a Confederação passa a oferecer formação sindical e pedagógica. Uma mudança significativa de perspectiva, que se manifestará também em outros países da região.

A terceira parte do livro é constituída de três capítulos, que abordam especificamente a ação dos “docentes autoconvocados” no chamado “ciclo de protestos” promovido por toda a década de 1990 frente aos processos de reestruturação neoliberal, bem como suas relações com o espaço sindical. Cabe destacar que a partir das entrevistas realizadas é demonstrado que a categoria “autoconvocados” é um termo, apesar de sua origem “externa”, reconhecido pelos próprios docentes para designar as experiências de ação coletiva por eles protagonizadas. Ponto central destacado é a consideração de que se em um primeiro momento o movimento adquiriu um caráter local marcado pela lógica da reação ao conflito, em outro tendeu a transformar-se em um projeto sindical alternativo. Para descrever esse percurso são delimitados três períodos: um primeiro no qual relata experiências de “autoconvocatorias” em fins da década de 1980, para fazer frente a um contexto de hiperinflação; um segundo, que se estendeu por um período de dois anos, entre 1991 e 1993, centrado nos processos de resistência à aplicação de lei que estabelecia a transferência dos serviços nacionais de educação média e superior não universitária às jurisdições e, também, frente à *Ley Federal de Educación*, que apontava os princípios sobre os quais deveria organizar-se o sistema educacional reconfigurado como produto da descentralização administrativa; e, um terceiro momento, entre os anos de 1997 e 1999, transcorrido em um contexto de implementação da Reforma Educativa na Província de Buenos Aires. Nesse último período assiste-se a um refluxo nas ações “autoconvocatorias”, que voltam a ser retomadas na crise de 2001, tema tratado no capítulo seguinte.

A grande crise de 2001 surge então como um dos efeitos das políticas adotadas ao longo da década de 1990, resultando na deterioração das condições de vida da população, afetando diretamente os docentes, que passam a engrossar as fileiras do extenso universo da população empobrecida na Argentina.

Nesse contexto surge um intenso processo de resistência protagonizado pelos movimentos de “docentes autoconvocados”. Esse protagonismo acaba por desencadear um enfrentamento com as lideranças sindicais institucionalizadas, que em vários momentos tenderam a desqualificar as ações empreendidas por vias não institucionalizadas.

No último capítulo o foco é voltado para as perspectivas dos docentes entrevistados acerca da “autoconvocatoria” como fenômeno emergente de organização sindical. Para tanto, são estabelecidos três eixos analíticos: o modelo de sindicalismo democrático, com destaque para a retomada da concepção de um sindicalismo de base, com todas as implicações que tal aspecto acarreta; a questão da representação e delimitação de um espaço de liderança, como ideal de uma verdadeira democracia sindical; e as estratégias políticas para a construção de um projeto de organização sindical alternativo, que em linhas gerais possibilitou a formação de uma matriz coletiva que fortaleceu o debate político na Argentina.

A partir desta breve exposição do conteúdo da obra, serão agora apontadas suas principais conclusões. Inicialmente cabe destacar que a pesquisa em torno dos “docentes autoconvocados” traz à tona o questionamento das práticas políticas hegemônicas, revelando lógicas de ação que ultrapassam as formas tradicionais de protestos. No entanto, em suas conclusões, a autora considera que, apesar desse questionamento, a CTERA continuou como um espaço legítimo em torno do qual gravitaram as ações “autoconvocatorias”. Mas em um movimento dialético, a ação dos “autoconvocados” também trouxe transformações nos repertórios de ação institucionalizados através das disputas de formas organizacionais, tensionando com as formas tradicionais, trazendo o redimensionamento de um “sindicalismo de base” e formas horizontalizadas de tomadas de decisões.

As conclusões apontam o limite das formas de ação não institucionalizadas, como as experiências dos “autoconvocados”, que estaria no fato de suas demandas e reivindicações não transcenderem a defesa de parâmetros de um modelo de cidadania de caráter liberal, de não questionarem o sistema capitalista em sua essência. Mas essas formas de ação trazem consigo uma plataforma de politização do debate, como um espaço de formação política. Essa perspectiva analítica apresentada está ancorada em sua base teórica, de se conceber a realidade através de seu viés classista. O que nos remete a considerar que suas análises poderiam contemplar também outras dimensões, como por exemplo, a questão de gênero. A complexidade da realidade abarcada não poderia deixar de levar em consideração o papel das mulheres nas ações empreendidas pelos “docentes autoconvocados”, visto serem maioria da categoria, e que, portanto, suas constituições identitárias e subjetivas têm um peso significativo em suas

ações. A foto estampada na capa do livro, uma produção discursiva de ordem não linguística, nos mostra mulheres, e apenas mulheres, em gestuais de protesto, apresentando um espaço simbólico de criação de sentido próprio.

O viés analítico adotado, a partir da categoria “classe social”, se por um lado evidencia as relações de poder entre classes, por outro oblitera as relações de poder no interior do próprio grupo dos “docentes autoconvocados”.

A obra, contudo, traz uma contribuição relevante para o campo da análise das formas de organização docente, institucionalizadas ou não, que, apesar de fazer uma abordagem histórica de um período recente da história argentina, com suas particularidades, ilustra bem uma realidade bem próxima à de outros países da região – reforma do Estado, reestruturação produtiva, reordenamento dos sistemas educativos, flexibilização das relações de trabalho, resistências. Em um estilo claro e objetivo – com uma peculiar síntese ao final de cada capítulo – a autora nos apresenta uma análise que em muito pode contribuir para a melhor compreensão da natureza das formas de organização dos docentes, e, por conseguinte, do próprio sindicalismo docente. É uma obra dirigida a pesquisadores que se debruçam sobre o tema, mas também aos professores e professoras que queiram se reconhecer nas lutas como sujeitos de sua própria história.

Texto recebido em 20 de outubro de 2012.

Texto aprovado em 05 de novembro de 2012.

# SOUZA, G. de. (Org.). *Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais*. São Paulo: Contexto, 2010.

---

Solange Estanislau Santos<sup>1</sup>

Apesar da considerável produção bibliográfica sobre a educação da criança no Brasil ainda somos carentes de estudos com fundamentos mais históricos, filosóficos e sociais que olhem a criança como ser social, histórico e cultural produtor de culturas infantis, e desfaça o olhar majoritariamente psicologizante com que a educação costuma estudar esse sujeito. Por isso, é bem-vindo esse lançamento da Editora Contexto *Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais*, organizado por Gizele de Souza, professora da UFPR – Universidade Federal do Paraná e coordenadora do Nepie – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil, cujos autores/as são doutores/as provenientes de várias instituições nacionalmente reconhecidas.

Desenvolvido em duas partes: *História, infância e educação & Políticas e práticas para a infância*, este livro traz um apanhado dos debates e estudos históricos que já foram feitos sobre a educação infantil, configurando-se como importante ponto de partida para o pesquisador iniciante na área.

Já no prefácio de Marcos Cezar de Freitas, intitulado *Educar na infância: a perspectiva do compromisso*, nos deparamos com uma síntese das principais categorias que serviram de base para estudar a criança e sua infância e do compromisso político e social que os estudiosos da infância vêm assumindo nesses estudos. Freitas (p. 12-3, grifos do autor) esclarece que

[...] a *perspectiva do compromisso* mencionada no título deste prefácio está presente não só nos capítulos que, juntos, tornam este livro uma obra que já nasce como referência. O compromisso com os direitos e com o bem-estar da criança é um traço distintivo na trajetória de todos

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC/Culturas Infantis), Brasil. E-mail: solestani13@yahoo.com.br

os intelectuais que aceitaram o convite para compor esta coletânea. Por isso, este é um livro singular.

Na primeira parte são apresentadas as discussões de Cynthia Greive Veiga sobre as crianças na história da educação, na qual traça o percurso histórico do momento em que a sociedade adulta percebe a criança como outro distinto. Para isso, considera fundamental “ir além da lógica natural/evolucionista” para “compreender o tempo geracional numa perspectiva relacional”, ou seja, está relacionado com a experiência humana que “demandou um longo processo de aprendizagem”. Está claro para a autora que a “constituição da infância civilizada se fez em meio às alterações das funções sociais dos adultos, à racionalização das atitudes e à produção de expectativas sobre o lugar do futuro adulto” (p. 26). Logo após apresenta as “práticas civilizadas de educação” e “a escola para todos como espaço de socialização da infância” e finaliza com o seguinte desabafo: “Gostaria de destacar aqui as dificuldades de se escrever uma história da educação sem dar visibilidade aos seus sujeitos, no caso em específico, as crianças” (p. 36).

Em seguida Maria Luiza Marcílio discorre sobre a criança transformada em aluno, com o título *De criança a escolar* inicia apresentando um panorama sobre a “implantação e difusão do modelo escolar” no Brasil, mas fazendo um paralelo com outros países do ocidente. Mostra claramente como se expandiu a educação popular ou escola de massas nos países europeus e como essa ideia demorou a ser pensada no nosso país, levantando os possíveis fatores estruturais que ocasionaram esse “atraso”. Para a autora o paradigma da sociedade disciplinar é o grande ápice do “tempo de confinamento da infância nos locais escolares que lhes foram destinados” (p. 42). Para exemplificar tal afirmação, apresenta de forma sucinta, mas bastante descritiva, “a escolinha de ler e escrever do Império”: a arquitetura da escola, os materiais e os móveis que existiam nas salas de aula, isso quando os tinha, pois as condições eram muito precárias, tanto do mobiliário, dos materiais didáticos quanto dos professores, em termos de formação e remuneração. Aponta também para o fato de o calendário escolar ser muito instável, haja vista que “as condições precárias das escolas e o despreparo do professor não atraíam a criança para a aprendizagem” (p. 52). É possível entender, pela descrição realizada pela autora, como ocorreu a “revolução da educação no Brasil: implantação do modelo escolar” e de como os paulistas inovaram propondo a escola normal e os grupos escolares.

Como prova da perspectiva inovadora, apresenta-se *Raça e infância no século XIX* de Maria Cristina Gouvêa, em que a autora, ao tomar “raça” como categoria para analisar a produção de saberes sobre diferença, deixa claro que

seu objetivo é “discutir como a escola e seu sujeito criança/aluno constitui-se como objeto de estudos e intervenção por pesquisadores/as sociais voltados para a apreensão da diferença ao longo daquele período histórico [séc. XIX]” (p. 67). E o caminho escolhido para alcançar tal objetivo é, no mínimo, inusitado, partindo do conceito de “evolução” de Foucault, entra na biologia para rever os processos genéticos de desenvolvimento humano, a fim de “compreender as origens das diferentes formas vivas, analisando sua evolução” e a formação do “homem padrão”, na intenção de saber quais foram as repercussões no campo da educação da junção da biologia com a estatística e o conceito de evolução trazidos para a escola em práticas antropométricas.

Moysés Kuhlmann Jr. apresenta *Relações sociais, intelectuais e educação da infância na história* que antes de discutir *Os intelectuais como categoria social e histórica* e *Os intelectuais e a circulação de ideias sobre a educação da infância* chama atenção para o fato de que os estudos da área da educação estão caindo num “educentrismo”, que significa compreender as questões educacionais “como se fossem produzidas internamente à educação, mesmo que, posteriormente, venham a ser relacionadas de uma forma subordinada, aos demais aspectos sociais” (p. 81).

Para discutir a *Assistência pública à infância* Gizlene Neder apresenta a história da ideia de autoridade, principalmente em asilos e escolas no Brasil dos séculos XIX e XX. A autora opta por mostrar o estudo de caso realizado no Asilo de Meninos Cegos e no Instituto de Meninos Cegos, onde analisou os ofícios de diretores e as falas das autoridades.

A organizadora *Gizele de Souza* nos traz *Os jardins de infância públicos no início do século XX*, mais especificamente a história dos jardins de infância públicos no Paraná, concluindo que o estado estava em consonância com os discursos da época, em que a educação, como instrução, era vista como reparadora dos problemas sociais e como instrumento para a formação moral e cívica. Destaca, ainda, que “se inicia a preocupação com os tempos do aprender das crianças, com os métodos e materiais destinados a elas, a instauração de um lugar de educação da infância” (p. 135).

Para finalizar a primeira parte, Livia Fraga Vieira, ao discorrer sobre as *Políticas de educação infantil no Brasil no século XX*, opta por examinar a legislação estadual de Minas Gerais no século XX. Dividindo-a em três grandes períodos<sup>2</sup>, enfatiza as leis e decretos diretores a fim de entender, dentre outras questões, como a educação de crianças era concebida pela legislação. Como uma de suas conclusões está a de que a “desvalorização da educação infantil é um fenômeno quase universal”.

<sup>2</sup> 1908 a 1971; 1973 a 1988; 1988 a 2000.

Na segunda parte está o debate de Eloísa Candal Rocha sobre os *30 anos da educação infantil na ANPED*, no qual, a pesquisadora da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, retoma as análises feitas por ela e por outros pesquisadores<sup>3</sup> dos trabalhos apresentados no GT07 – da educação da criança de 0 a 6 anos – nas reuniões anuais da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação nos últimos 30 anos. Verifica-se que ocorreram várias mudanças nas temáticas e nos aportes teóricos dessas pesquisas, o que veio a contribuir para a formação de um campo de investigação que vai além da educação escolar e situa a criança como ator social e histórico, o que vem exigir estudos cada vez mais interdisciplinares. Ao finalizar seu texto, a autora, brilhantemente, pronuncia a inquietação que acompanha todo pesquisador:

Para encerrar este capítulo, mas não as inúmeras possibilidades de análise dessa trajetória, constituída por nós e pela qual também somos constituídas, inspiro-me no poeta Drummond e nas companhias/companheiras de luta e de pesquisa, que nele também têm se inspirado para falar da Verdade: se só *cabem meia verdade de cada vez, e carece optar*, optei também, em certa medida, conforme meu *capricho*, minha *ilusão* e minha *miopia*, mas é isso que mantém aceso um interesse científico, orientado pelo compromisso político de luta contra a exclusão, num permanente estado de indignação! (ROCHA, 2010, p. 167, grifos da autora).

Como não poderia ausentar-se em uma obra que discute essa temática, a pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Fúlvia Rosemberg, dedica-se a problematizar a *Educação infantil pós-FUNDEB: avanços e tensões*, refletindo sobre “o novo que se descortina”. O objetivo é responder a três questões: Qual a causa da educação infantil no Brasil contemporâneo? Qual a dívida da sociedade brasileira para com as crianças pequenas? E quais as tentações que se abrem com o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação? Traçando brevemente um panorama histórico das lutas pela Educação Infantil, a autora responde a primeira pergunta com a afirmação de que devemos continuar nos mobilizando socialmente pela causa e para que a aplicação da lei do Fundeb garanta o bem-estar das crianças e elimine a dívida que a sociedade brasileira tem com elas; Como resposta à se-

<sup>3</sup> Acrescenta-se o trabalho apresentado nesse GT no ano de 2005, intitulado: *Culturas infantis e saberes: caminhos recompostos*.

gunda pergunta, apresenta dados estatísticos que comprovam a precariedade da oferta de vagas e a qualidade desse serviço; E, para finalizar, responde à terceira pergunta alertando que devemos fugir às tentações que rondam a área e “devemos resistir à política do espetáculo, que pode ganhar visibilidade midiática, e até votos, mas não salda nossa dívida histórica para com a criança pequena” (p. 182).

Marynelma Camargo Garanhani, doutora em psicologia da educação e professora da UFPR, discute *A docência na educação infantil* ao trazer as características e as dimensões desse profissional, assim como sua relação com os saberes e as especificidades de sua prática. Com isso, verificou as singularidades dessa profissão e a complexidade que envolve a prática pedagógica nessa etapa.

Para fechar, Fabiany Tavares Silva, professora e pesquisadora da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, escreve sobre as *Necessidades Educacionais Especiais*, e tomando a discussão sobre currículo pautada nos conceitos de controle e emancipação aborda a criança deficiente e problematiza os rumos da educação inclusiva.

Terminamos nossa leitura com a certeza de que

[...] ao escrever e ao pensar, nos separamos de nós mesmos, de nossas origens, de nossas lembranças, morremos um pouco; nesse mesmo instante, aparecemos, damos a ver, colocamos fugidia luz sobre algo que nos preocupa, sobre algo que dói em nossa época, sobre algo que é belo nestes tempos e paragens e talvez não esteja sendo suficientemente dito (FISCHER, 2005, p. 131).

Trata-se, sem dúvida, de uma obra importante para pesquisadores interessados nas discussões que envolvem a consolidação da educação infantil no Brasil. É possível vislumbrar perspectivas cada vez mais instigantes que enxergam a criança, sua infância e sua educação para além do cognitivo, das competências e do comportamento.

## REFERÊNCIA

FISCHER, R. M. B. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (Orgs.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 117-140.